

OF. N° 346/2023 PR/CNTE

Brasília, 9 de agosto de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor  
ARTHUR LIRA  
M.D. Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília-DF

**Assunto: Ato Nacional da Educação – Pauta dos/as Trabalhadores/as em Educação.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, informamos que neste dia 9 de agosto, antevéspera do Dia dos Estudantes, a CNTE e seus sindicatos filiados, em parceria com entidades da sociedade civil, promovem atos públicos no Ministério da Educação e na Câmara dos Deputados para pressionar a implementação de pautas voltadas para a inclusão, a qualidade e a valorização da educação pública e de seus profissionais, e contra a privatização e a mercantilização das políticas públicas educacionais nas três esferas de governo.

O parlamento é o espaço de composição das forças políticas do país e indispensável para fortalecer a democracia e para assegurar as políticas públicas à sociedade. E a presença dos diversos segmentos sociais no processo legislativo é sempre salutar para o aperfeiçoamento das leis que visam atender aos anseios da população.

Neste sentido, requeremos a Vossa Excelência o acolhimento das pautas de nossa categoria e de todos/as aqueles/as que defendem a educação pública, gratuita, laica, de qualidade social e de acesso e permanência universais, em especial os pontos que seguem abaixo:

1. Sobre o novo arcabouço fiscal (PLP nº 93/2023), assegurar as mudanças feitas no Senado que excetuaram do teto de gastos o FUNDEB (mantido fora inclusive da EC nº 95) e as receitas da Ciência e Tecnologia e do Fundo Constitucional do DF. Num futuro breve, e após consolidada a retomada do crescimento econômico, compete ao Parlamento rever a necessidade de manutenção de regimes fiscais, especialmente com a inclusão dos mínimos constitucionais da saúde e da educação (arts. 198, 212 e 212-A da CF-1988) que afetam negativamente os segmentos sociais mais vulneráveis.
2. Em âmbito da Reforma Tributária, assegurar a manutenção da vinculação constitucional e dos atuais aportes financeiros à educação (e à saúde), atentando-se para o disposto no § 8º do art. 212 da CF-1988. A educação pública necessita

*Deu tudo  
Cian  
20/08/23*

- de mais recursos financeiros para garantir cobertura universal de qualidade, sobretudo em escolas de tempo integral para os estudantes de 0 a 17 anos.
3. Ainda sobre o sistema tributário, efetuar a segunda etapa da Reforma condizente à tributação dos super-ricos, medida essa indispensável para o país avançar no combate às desigualdades e no processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.
  4. Retomada da discussão do Sistema Nacional de Educação (PLP nº 25/2019, da Câmara, e nº 235/2019, do Senado, enviado à Câmara) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), duas pendências do atual PNE 2014-2024.
  5. Abrir a discussão e colocar em votação, em 2024, após o Executivo enviar projeto de lei ao Congresso, o Plano Nacional de Educação com vigência programada para 2025-2035.
  6. Assegurar amplo debate parlamentar sobre a revogação da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), após o MEC apresentar os resultados da Consulta Pública feita com a sociedade no primeiro semestre de 2023.
  7. Pautar na agenda legislativa dessa Casa, após ouvir o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum de Acompanhamento do Piso do Magistério, instituído em âmbito do MEC, o projeto de lei que melhor atender as necessidades de valorização do piso e das carreiras docentes de nível básico.
  8. Assegurar amplo debate e agilidade na tramitação ao PL nº 2.531/2021 (com emendas), ao PL nº 1.628/2022, à PEC nº 573/2006 e a outras propostas legislativas condizentes à valorização dos profissionais da educação básica pública.
  9. Pautar os projetos prioritários das centrais sindicais, especialmente os que tratam de revisões das reformas Trabalhista e Previdenciária - que impuseram sacrifícios injustos à classe trabalhadora - e do financiamento sustentável e perene das entidades sindicais.
  10. Arquivar a PEC 32/2019, que versa sobre a Reforma Administrativa, uma vez que a proposta se sustenta numa concepção de Estado que não logrou êxito nas eleições de 2022 para a esfera do Executivo federal, onde se concentra significativo impacto da reforma.

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada aos/as trabalhadores/as da educação básica do país, ao tempo em que esperamos ver avançar nesta Casa a pauta acima apresentada.

Respeitosamente,

  
Heleno Araújo  
Presidente